

**Relatório da Audiência n.º 11 - COF- XIV**

**Dia:** 4 de novembro de 2021

**ENTIDADE:** *Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos (APORMED)*

Dr. Filipe Granjo Paias (Presidente da Direção)

Dr.ª Antonieta Lucas (Vice-Presidente da Direção)

Dr. João Gonçalves (Secretário-Geral)

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Joana Lima (PS)
- Sara Madruga da Costa (PSD)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas aos representantes da APORMED, dando nota do modo de condução dos trabalhos e dando de seguida a palavra ao Presidente da Associação para uma exposição inicial.

O Presidente da APORMED começou por referir que, mais do que revisitar os argumentos que têm sido usados ao longo dos últimos anos para defender a não aplicação da contribuição extraordinária - como sejam, a importância do setor, a inviabilidade e desajustamento da aplicação da contribuição extraordinária nos dispositivos médicos, em particular no contexto da pandemia da COVID-19, a iniquidade entre o setor público e o privado e os elevados custos de contexto -, a APORMED gostaria de fazer um apelo à Comissão de Orçamento e Finanças, que é o

de, num ano de pandemia, muito difícil para o setor, com um impacto colossal para as empresas do setor, não seja aplicada, no ano de 2021, contribuição extraordinária.

O setor atravessa graves dificuldades, pois, ao contrário do que se possa pensar, a pandemia não trouxe um acréscimo grande das vendas. A nível de equipamentos de proteção individual (EPI) há um aumento das vendas, no entanto, todos os outros dispositivos tais como equipamentos para cirurgias, tratamento dos doentes em ambiente domiciliários, sofreram impactos muito negativos pela pandemia. Terminou dizendo que, o setor precisa e apela a que a contribuição não seja aplicada.

A primeira intervenção do período de debate coube à Senhora Deputada Joana Lima (PS), que se mostrou sensível ao tema. Disse que já em sede de Orçamento do Estado para 2020, na sequência da audiência que tiveram, apresentou, em nome do PS, uma proposta para mitigar as consequências desta contribuição, que infelizmente não foi aprovada, apenas tendo sido votada favoravelmente pelo PS. Disse que o contexto, com a pandemia é muito complicado para toda os setores, mas que continua sensível ao tema, tendo alias a mesma preocupação sido já transmitida pela APIFARMA, com quem reuniu recentemente. Falou de seguida sobre o impacto financeiro desta medida, que segundo a informação de que dispõe, rondará os nove milhões de euros. Terminou agradecendo a presença, dizendo que iria transmitir ao grupo parlamentar do PS as preocupações do setor e reiterando que iria analisar o que poderia ser feito.

Seguidamente, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) agradeceu a presença da APORMED, reafirmou que a pandemia está a gerar graves problemas económicos e disse que iria conjuntamente com o PSD analisar o tema. Disse ainda que até 13 de novembro, data final para apresentação de propostas de alteração à lei do orçamento do Estado, a APORMED, poderia fazer chegar quaisquer documentos para análise que entendesse relevantes.

Concluídas as intervenções das Senhoras Deputadas, o Senhor Vice-Presidente devolveu a palavra ao Presidente da APORMED para uma intervenção final, que agradeceu os comentários e disse querer deixar duas notas finais em complemento aos mesmos. Por um lado, o impacto financeiro da medida estimado, para 2020, seria de vinte milhões de euros, quantia que, sendo marginal para o orçamento do estado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

---

para o Serviço Nacional de Saúde, é muito impactante para as empresas do setor. Por outro lado, entende que a associação tem trabalhado ao longo dos anos, de forma muito construtiva e positiva, portanto, à semelhança de anos anteriores, deixará sugestões de uma série de medidas que contribuiriam para uma maior eficiência do Serviço Nacional de Saúde. Quanto à contribuição extraordinária, o seu reajustamento, tal como a redefinição das taxas, exclusão de certos dispositivos da incidência, seriam um bom sinal e compromisso desta casa.

A Vice-Presidente da Direção tomou a palavra por fim, para referir que iriam deixar uma série de elementos, nomeadamente um inquérito realizado aos associados sobre o impacto da pandemia, sendo de relevar que o impacto, com exceção da venda dos EPIs, é muito negativo.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela APORMED e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pela APORMED e a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 4 de novembro de 2021

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca

